

Minas e Energia tira R\$ 1,8 bi de estatais

Maurício Corrêa
de Brasília

O ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, anunciou, ontem à noite, que os cortes efetuados nos orçamentos da Petrobras e da Eletrobrás, em consequência do programa de ajuste fiscal, somam R\$ 1,8 bilhão. A orientação para reduzir os orçamentos já foi transmitida aos presidentes das duas estatais, mas só na próxima semana os técnicos detalharão como serão cortados R\$ 1,16 bilhão na Petrobrás e R\$ 640 milhões na Eletrobrás.

Segundo o ministro, alguns projetos são considerados "vitais" e deverão ser preservados, como o aumento da produção de óleo bruto para 1,2 milhão de barris diários, a linha de transmissão de eletricidade Norte-Sul e também o término da

usina nuclear de Angra-2.

Em 1998, a estatal do petróleo já sofreu uma redução orçamentária de R\$ 925 milhões, enquanto o corte na holding do setor elétrico alcançou R\$ 370 milhões. Quanto às novas determinações de passar a tesoura no orçamento do próximo ano, o ministro entende que é natural que as áreas trabalharão de forma a sacrificar ao mínimo os investimentos. "Posso assegurar que o montante de R\$ 1,8 bilhão será cumprido pelo Ministério de Minas e Energia".

O ministro não tem dúvida que o novo ajuste é "profundo", significando empreendimentos cuja conclusão será postergada. A sua preocupação, entretanto, é com aquilo que considera como "empreendimentos vitais", que na sua avaliação não têm condições de sofrer com

mais restrições orçamentárias devido ao grau de prioridade para o desenvolvimento econômico do País.

Nessa categoria, ele vê com certo alívio o fato de projetos como o gasoduto Brasil-Bolívia (primeiro trecho) e a linha Norte-Sul I (que ligará Imperatriz, no Maranhão, a Brasília) já estarem com a conclusão prevista para o final deste ano.

Brito não quis comentar eventuais cortes que possam ser executados, no âmbito da sua Pasta, nos projetos enquadrados no programa "Brasil em Ação" em 1999. "Prefiro aguardar a análise técnica para depois detalhar", ponderou. Mas declarou que todos os projetos vitais do setor elétrico "não sofrerão ajustes maiores". Quanto às inúmeras térmicas a gás idealizadas para várias partes do País, o ministro entende que terão

que ser tratadas caso a caso.

Segundo o ministro Raimundo Brito, o "Diário Oficial da União" está publicando, na edição de hoje, decreto presidencial que redefine a estrutura regimental do Ministério de Minas e Energia, com o fortalecimento das secretarias de Minas e Metalurgia e de Energia. "Precisamos fortalecer o papel do Estado como formulador de políticas", acrescentou. Com a nova estrutura, haverá uma redução das funções gratificadas, de 509 DAS para 302.

Também serão extintas as 25 delegacias estaduais do ministério. O pessoal do quadro permanente, no entanto, será redistribuído pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare) em outras unidades governamentais nos diversos estados.